

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, A administração da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro encaminha para apreciação de V. Sas. o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. **1 - APRESENTAÇÃO:** O MetrôRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário do Rio de Janeiro, com 41 km de extensão e 35 estações. O contrato de concessão foi renovado em 2007 por mais 27 anos, indo até 2038. A Companhia assumiu, junto ao Governo do Estado, a responsabilidade de investir de R\$ 1,15 bilhão para modernização do sistema devendo duplicar nos próximos anos a oferta de lugares para mais de 1,1 milhão de passageiros dia. **2 - DESTAQUES DO ANO: MetrôRio investe em acessibilidade.** A Companhia investiu R\$20.000 no projeto de acessibilidade total (Eletromecânica, Tátil, Podotátil e Auditiva). Atualmente, todas as 35 estações das linhas 1 e 2 já contam com sinalização visual para clientes com deficiência auditiva, sinalização em braile e pisos "Alerta" e "Direcional" para orientar passageiros com deficiência visual. Em todas as plataformas também existem assentos para pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção e os trens contam com espaço para cadeirantes. Elevadores já funcionam em 9 estações e estão sendo instalados em mais 11 estações. As outras 15 estações contam com acessibilidade mecânica (plataforma inclinada e plataforma vertical). **Modernização de estações.** A Companhia investiu R\$4.000 em reformas na estação Cinelândia, que preveem a revitalização total das áreas comuns, com a remodelação dos espaços, recuperação dos acessos, melhorias de infraestrutura e nova iluminação. **Nova Gestão.** Na busca da melhoria contínua dos serviços prestados, desde 24 de outubro de 2011 ocupa a presidência do MetrôRio o engenheiro mecânico e civil Flávio Almada, o qual possui experiência relevante em concessões de infraestrutura de transportes e construção. **Recorde de passageiros transportados.** Pela primeira vez na história do MetrôRio, foi ultrapassada a barreira dos 700 mil passageiros transportados em um dia. Isso ocorreu no dia 10 de novembro de 2011. **3 - CONJUNTURA ECONÔMICA:** O desempenho da economia em 2011 manteve sua tendência de crescimento, e de acordo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) atingiu o patamar de 2,7% em 2011. A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), encerrou o ano em 6,5%, resultando em um aumento de 0,6 p.p. em comparação à taxa obtida em 2010 (5,9%).

4 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

Informações selecionadas (R\$ mil)	Exercício de 2011	Exercício de 2010
Passageiros (em milhares)	179.892	164.240
Receita de Serviços	452.660	387.405
EBITDA	150.959	171.412
Margem EBITDA *	33,3%	44,2%
Prejuízo Líquido	(81.885)	(20.839)
Endividamento Líquido	1.113.706	981.327

* calculada sobre a receita de serviços.

Resultados. A receita de serviços alcançou R\$452.660 em 2011 (R\$387.405 em 2010), sendo R\$426.680 (R\$365.873 em 2010) referentes à receita com a prestação do serviço de transporte de passageiros e R\$25.980 (R\$21.532 em 2010) referente à receita com locação de espaço físico e veiculação de anúncios. O custo de serviços atingiu R\$312.781 em 2011 (R\$267.833 em 2010),

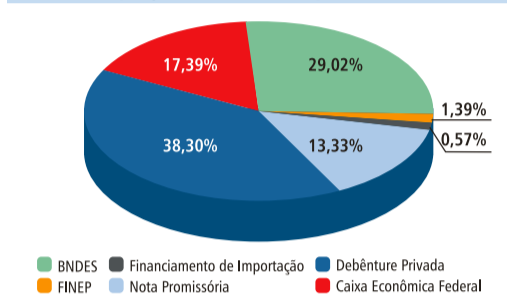
representado, principalmente, pelos gastos com pessoal, energia elétrica, materiais e serviços de manutenção, depreciações e amortizações. Em 2011, o EBITDA somou R\$150.959 (R\$171.412 em 2010) e a margem EBITDA foi de 33,3% (44,2% em 2010). O EBITDA foi composto da seguinte forma:

R\$ mil	2011	2010
Prejuízo do período	(81.885)	(20.839)
(-) IR e CS Diferidos	(28.290)	(7.054)
(+) Despesas financeiras	263.518	198.760
(-) Receitas financeiras	(102.497)	(85.361)
(+) Depreciação e Amortização	100.113	85.906
EBITDA	150.959	171.412
Margem % EBITDA *	33,3%	44,2%

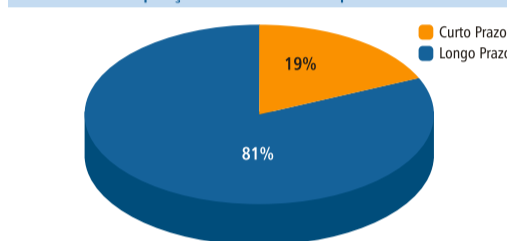
* calculada sobre a receita de serviços.

O resultado financeiro foi negativo em R\$161.021, motivado, principalmente, pelos juros referentes às Notas Promissórias, Debêntures Privadas e financiamentos junto ao BNDES e Caixa Econômica Federal. **Investimentos.** O total de investimentos realizado pela Companhia em 2011 foi de R\$175.847 (R\$250.668 em 2010), aplicados, principalmente, nos projetos relacionados às obrigações do Sexto Aditivo ao Contrato de Concessão, que incluem a aquisição de novos carros-metrô, a construção das estações Cidade Nova e Uruguai, e da passarela sobre a Av. Presidente Vargas, além da realização de investimentos de modernização do sistema metroviário, dos sistemas de energia, controle de tráfego, ventilação, sinalização e implementação de acessibilidade universal em todas as estações. **Endividamento.** A dívida bruta alcançou R\$1.402.335 em 2011 (R\$1.069.535 em 2010), e possuem a distribuição a seguir, possuindo a seguinte composição:

Composição do Endividamento por Modalidade



Composição do Endividamento por Prazo



5 - RESPONSABILIDADE SOCIAL: Compromisso da Companhia. Promover a qualidade de vida em prol do desenvolvimento humano. O compromisso do MetrôRio começa nos trilhos, mas se estende por toda cidade. Por isso, a Companhia apoia iniciativas como treinamentos, cursos, programas ambientais, sociais, artísticos, culturais e educacionais. O principal objetivo da Companhia é reforçar os vínculos com seus colaboradores, com as comunidades localizadas em áreas próximas às estações e, principalmente, com a sociedade, visando um Rio de Janeiro com mais qualidade de vida. Abaixo, algumas dessas iniciativas: **MetrôRio adere ao Pacto Global.** O MetrôRio é signatário do Pacto Global, uma iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU), que visa mobilizar empresas do mundo inteiro na adoção de boas práticas nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, meio ambiente e anticorrupção. **Uma iniciativa para o bem de toda a cidade.** O MetrôRio patrocina o Rio Como Vamos. Trata-se de uma iniciativa que monitora a gestão municipal, através de pesquisas que avaliam o que as pessoas pensam sobre diversos aspectos da cidade, como saúde, educação, transporte, meio ambiente, entre outros. **Estação Alegria: Conscientização desde a infância.** Estudantes visitam o MetrôRio e aprendem sobre cidadania, responsabilidade social e meio ambiente. Mensalmente, o MetrôRio recebe cerca de 40 crianças, com idades entre 7 e 12 anos, estudantes das redes pública e particular de ensino. Este programa de educação tem o objetivo de conscientizá-las sobre a cidadania, educação, responsabilidade social e meio ambiente. Para alcançar esta meta, é oferecida, no dia do programa, uma visita guiada pelas dependências da Companhia. Os alunos também têm a oportunidade de assistir a palestras dos profissionais do MetrôRio e realizar atividades lúdicas que solidificam o aprendizado. **Projeto rede de mobilização.** O projeto promove a inclusão social de pessoas em situação de risco social, capacitando-as para a geração de renda através do aprendizado em técnicas de culinária. **6 - RECURSOS HUMANOS:** A valorização dos seus recursos humanos é uma questão estratégica para a Companhia, que investe continuamente no crescimento profissional e satisfação de seus colaboradores. A Companhia mantém políticas de remuneração e benefícios compatíveis com as melhores práticas de mercado. Em 2011, o MetrôRio encerrou o exercício com 2.196 (2.166 em 2010) colaboradores em seu corpo funcional. **7 - OUTRAS INFORMAÇÕES:** As demonstrações financeiras do MetrôRio, aqui apresentadas, estão de acordo com os pronunciamentos emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e por sua vez, convergentes às normas internacionais de contabilidade - IFRS, com números devidamente confortados por auditoria independente. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes. Como determina a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nossos Auditores Independentes não nos prestaram nenhum outro serviço além do acima referido. **8 - DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:** Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09 de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. **9 - AGRADECIMENTOS:** Agradecemos a todos que contribuíram para o êxito alcançado pela Companhia neste exercício. Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2012. **A ADMINISTRAÇÃO**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010		2011	2010	2011	2010
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	22.820	65.415	22.822	65.417	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	240.815	206.312	240.815	206.312
Aplicações financeiras (Nota 4)	237.282	-	237.282	-	Debêntures (Nota 12)	38.415	34.842	38.415	34.842
Créditos a receber (Nota 5)	6.715	6.750	6.715	6.750	Fornecedores	27.694	45.508	27.694	45.508
Estoques (Nota 6)	12.631	14.179	12.631	14.179	Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 7)	5.924	4.853	5.924	4.853
Impostos a recuperar (Nota 7)	13.436	7.030	13.436	7.030	Salários, provisões e contribuições sociais	16.201	13.477	16.201	13.477
Adiantamento a fornecedores	1.836	6.163	1.836	6.163	Concessões de serviços públicos (Nota 13)	347.933	124.236	347.933	124.236
Outros	6.328	4.989	6.328	4.989	Participações a empregados (Nota 19)	6.661	2.277	6.661	2.277
Total do ativo circulante	301.048	104.526	301.050	104.528	Dívidas com pessoas ligadas (Nota 8)	-	767	-	767
Não circulante					Serviços a prestar	6.489	4.927	6.489	4.927
Aplicações financeiras (Nota 4)	28.527	20.791	28.527	20.791	Outras obrigações	4.782	12.023	4.782	12.023
Créditos a receber (Nota 5)	4.365	4.043	4.365	4.043	Total do passivo circulante	694.914	449.222	694.914	449.222
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	65.550	36.938	65.550	36.938	Não circulante				
Depósitos judiciais	32.899	23.783	32.899	23.783	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	622.828	356.629	622.828	356.629
Investimentos (Nota 11)	2	2	-	-	Debêntures (Nota 12)	498.712	469.750	498.712	469.750
Imobilizado (Nota 9)	169.856	156.516	169.856	156.516	Concessões de serviços públicos (Nota 13)	58.318	279.382	58.318	279.382
Intangível (Nota 10)	1.938.196	1.877.155	1.938.196	1.877.155	Impostos, taxas e contribuições (Nota 7)	1.930	1.557	1.930	1.557
Total do ativo não circulante	2.239.395	2.119.228	2.239.393	2.119.226	Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais (Nota 14)	12.752	13.497	12.752	13.497
					Receita diferida	-	843	-	843
					Total do passivo não circulante	1.194.540	1.121.658	1.194.540	1.121.658
					Patrimônio líquido (Nota 16)				
					Capital social	750.000	650.000	750.000	650.000
					Resultado acumulado	(99.011)	(17.126)	(99.011)	(17.126)
					Total do patrimônio líquido	650.989	632.874	650.989	632.874
					Adiantamento para futuro aumento de capital	-	20.000	-	20.000
					Total do patrimônio líquido	650.989	652.874	650.989	652.874
					Total do passivo e patrimônio líquido	2.540.443	2.223.754	2.540.443	2.223.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	2011		2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita de serviços	452.660	452.660	387.405	387.405
Receita da construção	81.199	81.199	89.258	89.258
Receita operacional líquida (Nota 24)	533.859	533.859	476.663	476.663
Custos de serviços (Nota 24)	(312.781)	(312.781)	(267.833)	(267.833)
Custo da construção (Nota 24)	(78.603)	(78.603)	(86.288)	(86.288)
Lucro bruto	142.475	142.475	122.542	122.542
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais, administrativas e com vendas (Nota 24)	(88.326)	(88.326)	(38.604)	(38.604)
Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas	(3.303)	(3.303)	1.568	1.568
Lucro operacional antes do resultado financeiro	50.846	50.846	85.506	85.506
Resultado financeiro				
Receitas financeiras (Nota 17)	102.497	102.497	85.361	85.361
Despesas financeiras (Nota 17)	(263.518)	(263.518)	(198.760)	(198.760)
Total resultado financeiro	(161.021)	(161.021)	(113.399)	(113.399)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(110.175)	(110.175)	(27.893)	(27.893)
Imposto de renda e contribuição social				
Diferidos (Nota 7)	28.290	28.290	7.054	7.054
Prejuízo do exercício	(81.885)	(81.885)	(20.839)	(20.839)

A Companhia não possui outros resultados abrangentes que devam ser apresentados nestas demonstrações de resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	2011		2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receitas	566.257	566.257	503.744	503.744
Vendas de mercaderia, produtos e serviços	483.258	483.258	413.534	413.534
Receita da construção	81.199	81.199	89.258	89.258
Provisão para devedores duvidosos	(187)	(187)	(1.421)	(1.421)
Outras receitas	1.987	1.987	2.373	2.373
Insunhos adquiridos de terceiros	(250.563)	(250.563)	(234.448)	(234.448)
Custos das mercadorias e serviços vendidos				
Custo da construção	(78.603)	(78.603)	(86.288)	(86.288)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(171.544)	(171.544)	(148.160)	(148.160)
Perda/recuperação de valores ativos	(416)	(416)	-	-
Valor adicionado bruto	315.694	315.694	269.296	269.296
Retenções	(100.113)	(100.113)	(85.906)	(85.906)
Depreciação, amortização e exaustão	(100.113)	(100.113)	(85.906)	(85.906)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	215.581	215.581	183.390	183.390
Valor adicionado recebido em transferência	102.497	102.497	85.361	85.361
Receitas financeiras	102.497	102.497	85.361	85.361
Valor adicionado total a distribuir	318.078	318.078	268.751	268.751
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	113.942	113.942	96.988	96.988
Remuneração direta	61.837	61.837	52.924	52.924
Benefícios	29.747	29.747	27.467	27.467
FGTS	7.207	7.207	5.312	5.312
Outros	15.151	15.151	11.285	11.285
Impostos, taxas e contribuições	22.138	22.138	(6.749)	(6.749)
Impostos federais	10.629	10.629	26.507	26.507
Impostos municipais	9.096	9.096	(41.052)	(41.052)
Impostos estaduais	2.413	2.413	7.796	7.796
Remuneração capital de terceiros	263.883	263.883	199.351	199.351
Juros	221.923	221.923	148.622	148.622
Aluguéis	365	365	592	592
Outras	41.595	41.595	50.137	50.137
Remuneração de capital próprio	(81.885)	(81.885)	(20.839)	(20.839)
Prejuízo do exercício	(81.885)	(81.885)	(20.839)	(20.839)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros		Prejuízo acumulado	Subtotal	AFAC	Total
	Capital social	Reserva legal				
Saldos em 1º de janeiro de 2010	650.000	186	3.527	653.713	20.000	673.713
Prejuízo do exercício	-	-	-	(20.839)	-	(20.839)
Absorção de prejuízo com reservas	-	(186)	(3.527)	3.713	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	650.000	-	-	632.874	20.000	652.874
Aumento de capital	100.000	-	-	100.000	(20.000)	80.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(81.885)	-	(81.885)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	750.000	-	-	650.989	-	650.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	2011		2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(81.885)	(81.885)	(20.839)	(20.839)
Ajustes para reconciliar o prejuízo com o caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	100.113	100.113	85.906	85.906
Baixa de imobilizado e intangível	1.353	1.353	364	364
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28.331)	(28.331)	(7.054)	(7.054)
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas	190.752	190.752	114.381	114.381
Ajuste a valor presente	11.648	11.648	15.068	15.068
Ajuste de operações de Hedge	(8.089)	(8.089)	-	-
Margem de construção	(2.596)	(2.596)	(2.970)	(2.970)
Reversão apropriação receita diferida	(843)	(843)	(1.600)	(1.600)
Provisões diversas	4.568	4.568	(303)	(303)
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Aplicações financeiras	(245.018)	(245.018)	(1.920)	(1.920)
Contas a receber de clientes	35	35	(716)	(716)
Depósitos judiciais	(7.894)	(7.894)	(7.964)	(7.964)
Estoques	1.548	1.548	(5.404)	(5.404)
Adiantamentos	-	-	(249)	(249)
Outros créditos	(3.739)	(3.739)	24.690	24.690
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(17.814)	(17.814)	(9.894)	(9.894)
Obrigações com empregados e administradores	2.724	2.724	306	306
Impostos, taxas e contribuições	1.163	1.163	(1.751)	(1.751)
Concessão de serviço público	(57.066)	(57.066)	140.959	140.959
Outras obrigações e contas a pagar	1.642	1.642	(40.547)	(40.547)
Caixa consumido pelas atividades operacionais	(137.729)	(137.729)	280.463	280.463
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de intangível	(129.812)	(129.812)	(358.208)	(358.208)
Aquisição de imobilizado	(43.439)	(43.439)	(59.181)	(59.181)
Caixa consumido pelas atividades de investimento	(173.251)	(173.251)	(417.389)	(417.389)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	80.000	80.000	-	-
Captação de empréstimos	641.311	641.311	1.505.963	1.505.963
Pagamento de empréstimos	(452.926)	(452.926)	(1.357.323)	(1.357.323)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamento	268.385	268.385	148.640	148.640
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(42.595)	(42.595)	11.714	11.714
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	65.415	65.417	53.701	53.703
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício	22.820	22.822	65.415	65.417
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(42.595)	(42.595)	11.714	11.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais. A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (a seguir denominada como MetrôRio ou "Companhia") foi constituída sob a forma de "sociedade anônima" em 26 de agosto de 2008 com o objetivo de: (i) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como cotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos. Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, a Companhia passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. A principal atividade da Companhia é a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do Contrato de Concessão ("Contrato"), e de seus aditivos, esses últimos firmados entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"). A Companhia poderá exercer outras atividades não previstas no Contrato, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$393.864 (R\$344.694 em 31 de dezembro de 2010). A Administração entende que, a partir dos investimentos que estão sendo efetuados para a expansão do sistema metroviário, construção da estação Uruguaí, já iniciada, aquisições de 19 novas composições (114 carros metrô), já em fabricação e a modernização das operações, certamente haverá um aumento significativo no número de passageiros pagantes, o que aumentará a geração de caixa operacional e permitirá o pagamento dos passivos. Adicionalmente, a Administração da Companhia tem atuado ativamente na avaliação e substituição das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a sua Controladora efetuará o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades da Companhia. A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012. **2. Políticas contábeis:** As demonstrações financeiras da controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. As demonstrações financeiras da controladora e consolidada foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas. **2.1. Base de consolidação.** As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e da controlada MASU9 Participações Ltda., subsidiária integral da qual a Companhia possui 99,95% do Capital social que totaliza R\$2. O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e a empresa controlada são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes. **2.2. Reconhecimento de receitas.** Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável: a) **Receita de serviços.** A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços. b) **Receita de juros.** A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. c) **Receita de construção.** Adicionalmente, considerando que a Companhia é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. As margens de construção são calculadas de acordo com a particularidade dos negócios da Companhia, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05. **2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira.** A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. **2.5. Créditos a receber.** Os créditos a receber de clientes são registrados pelo valor incorrido e ainda não recebido, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos,

levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 90 dias e o histórico de perdas com contas a receber. **2.6. Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização. **2.7. Imobilizado.** Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa 9 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Também fazem parte do imobilizado equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais. **2.8. Ativos intangíveis.** Refere-se a direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas das concessões classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01 - Contratos de Concessão. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.9. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Até 31 de dezembro de 2011 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos. **2.10. Outros ativos e passivos.** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **2.11. Tributação.** Impostos sobre vendas e serviços. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas acessórias	Receita com venda de passagens
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	3,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	-	2,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30, tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS. A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias, base negativa de imposto de renda e contribuição social, e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **2.12. Plano de previdência e outros benefícios aos empregados.** A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. Aprovado pela Deliberação CVM 600/09, o CPC 33, correlacionado ao IAS 19 - Benefícios a Empregados e sua norma de interpretação IFRIC - 14, dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-aposentadoria da Companhia representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar benefícios pós-aposentadoria é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do empregado. Ganhos e perdas atuariais que excedam 10% das obrigações do plano são distribuídos ao longo do restante da vida útil média dos empregados participantes do plano e são refletidas no lucro operacional. **2.13. Resultado por ação.** A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33). **2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos.** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. A Companhia identificou o passivo sujeito ao ajuste a valor presente concessões de serviços públicos. As taxas de juros implícitas de 4,8% a.a., aplicadas, foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** **Julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas.** **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Impostos.** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributada e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **Benefícios de aposentadoria.** O custo de planos de aposentadoria e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de

juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um spread de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota Explicativa 15. **Valor justo de instrumentos financeiros.** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente. **2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado.** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **2.17. Instrumentos financeiros.** a) **Reconhecimento inicial e mensuração.** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de hedge. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber e adiantamentos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos e debêntures. b) **Mensuração subsequente.** A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação. **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado.** Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado. **Empréstimos e financiamentos.** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **2.18. Informações por segmento.** Em função da concentração de suas atividades no transporte público de passageiros a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio e suas operações não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. **2.19. Custos de empréstimos.** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.20. Contratos de concessão - ICPC 01.** A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão. **2.21. Novos pronunciamentos contábeis.** 2.21.1. Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2011 Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011. Descrevemos abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia. CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM Nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia. CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia. CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM Nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia. CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM Nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia. Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM Nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia vez que os requerimentos estabelecidos pelas interpretações já vêm sendo adotados pela Companhia na elaboração de suas demonstrações financeiras. 2.21.2. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB. Em junho de 2011, o International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013: IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros. IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36). IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado. IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18). Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. **3. Contratos de concessão.** A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. Segue abaixo um breve descritivo do contrato: A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ no 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão. O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens; sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos. Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018. A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitan do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte. O Contrato determinava, e o Aditivo manteve, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP-M"), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. No evento da extinção do contrato de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva concessão, respeitando os termos do Pa-

rágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo. O contrato de concessão foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia. No ano findo em 31 de dezembro de 2011 não houve alteração relevante no contrato de concessão. **4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos	8.275	2.690	8.277	2.692
Certificado de depósitos bancários - CDB	14.293	41.764	14.293	41.764
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	11	8.832	11	8.832
Outros	241	-	241	-
Fundo de investimento em renda fixa em moedas estrangeiras	-	12.129	-	12.129
Caixa e equivalentes de caixa	22.820	65.415	22.822	65.417
Aplicações financeiras bloqueadas				
Certificado de depósitos bancários - CDB	8.913	3.818	8.913	3.818
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	8.023	7.327	8.023	7.327
Operações compromissadas lastreadas em debêntures	9.837	9.646	9.837	9.646
	26.773	20.791	26.773	20.791
Fundo cambial exclusivo (a)				
Letras financeiras de tesouro	190.541	-	190.541	-
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	40.168	-	40.168	-
Outros	8.327	-	8.327	-
	239.036	-	239.036	-
Aplicações financeiras	265.809	20.791	265.809	20.791
Circulante	237.282	-	237.282	-
Não circulante	28.527	20.791	28.527	20.791

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta específica para este fim; e consequentemente não são de pronta disponibilidade para Administração da Companhia.

O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 75% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e com liquidez imediata. De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Aditivo, em 31 de dezembro, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro é de R\$2.051 e não há restrição de movimentação destes recursos. Parte das aplicações financeiras demonstradas acima, que somam R\$26.773, está vinculada a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme divulgado na Nota Explicativa 13, e descrito abaixo: • R\$1.994 (intermediador Banco Safra S.A.) e R\$6.152 (intermediador Banco Bradesco S.A.) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e nos contratos de fornecimento de serviço. • R\$3.129 (Banco Itaú BBA), R\$2.193 (Banco Bradesco S.A.), R\$385 (Banco Safra), R\$13 (Banco Real) e R\$14 (HSBC) referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis. • R\$8.023 referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 7 de maio de 2008, 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES. Mais detalhes sobre esta operação estão descritos na Nota Explicativa 12. • R\$4.870 refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à Caixa Econômica Federal.

5. Créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Circulante	4.110	9.824	4.110	9.824
Venda de passagens (a)	3.799	2.583	3.799	2.583
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	73	86	73	86
Outros títulos a receber	(1.267)	(5.743)	(1.267)	(5.743)
Menos provisão para créditos duvidosos				
Créditos a receber circulante - líquido	6.715	6.750	6.715	6.750
Não circulante				
Estado do Rio de Janeiro				
Gratuidades a compensar (c)	4.365	4.043	4.365	4.043
Créditos a receber não circulante	4.365	4.043	4.365	4.043

Os valores relativos a créditos a receber são: (a) Receita de passagens a prazo a clientes corporativos, receita em custódia da transportadora de valores e receita na bilheteria a recolher; (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios); e (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Movimentação na provisão para créditos duvidosos	(5.743)	(6.777)	(5.743)	(6.777)
Saldo no início do exercício	(514)	(3.553)	(514)	(3.553)
Adições	4.663	-	4.663	-
Reversão	327	-	327	-
Baixa	-	4.587	-	4.587
Valores recuperados	(1.267)	(5.743)	(1.267)	(5.743)
Saldo no fim do exercício				

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08. Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Artigo 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento. A Companhia recebeu o montante de R\$588 referentes à gratuidade estudantil em 2010 e R\$1.026 no ano de 2011.

6. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Materiais auxiliares e de manutenção e bilhetes	7.703	5.835	7.703	5.835
Adiantamento a fornecedores	3.540	4.334	3.540	4.334
Importações em andamento	1.388	4.010	1.388	4.010
Total	12.631	14.179	12.631	14.179

7. Impostos a recuperar e diferidos, taxas e contribuições:

a) Impostos a recuperar - circulante

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social	12.129	5.922	12.129	5.922
Outros	1.307	1.108	1.307	1.108
Total	13.436	7.030	13.436	7.030

b) Impostos, taxas e contribuições a pagar - circulante

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
PIS e COFINS	1.852	1.502	1.852	1.502
ISS	1.167	994	1.167	994
ICMS	11	318	11	318
Imposto de renda retido na fonte	1.583	673	1.583	673
Taxa AGETRANSP-RJ	492	441	492	441
Outros	819	925	819	925
Total	5.924	4.853	5.924	4.853

c) Impostos, taxas e contribuições a pagar - não circulante

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social	1.722	1.400	1.722	1.400
PIS e COFINS	208	157	208	157
Total	1.930	1.557	1.930	1.557

d) **Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se houver fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, essas projeções serão revisadas durante o exercício pela Companhia. Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

Natureza	2011	2010	Fundamento para realização
Prejuízo fiscal	23.596	18.247	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com prejuízo fiscal.
Base negativa de contribuição social	8.675	6.586	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com base negativa de contribuição social. Realização pelo recebimento ou efetivação da perda, ou ainda pela aquisição de dedutibilidade face ao ajustamento da cobrança e prazo de vencido maior que 2 anos.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.781	1.953	Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável).
Provisão para contingências	4.774	4.589	Expectativa de realização conforme pagamento da outorga suplementar.
Excesso amortização outorga complementar	21.980	8.158	
Outros	4.744	(2.595)	
	65.550	36.938	

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

continua

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
2013	8.303	8.303	8.303	8.303
2014	7.506	7.506	7.506	7.506
2015	10.813	10.814	10.813	10.814
2016	14.480	10.315	14.480	10.315
2017 em diante	24.448	-	24.448	-
Total	65.550	36.938	65.550	36.938

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(110.175)	(27.893)	(110.175)	(27.893)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	37.460	9.484	37.460	9.484
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do exercício				
Adições permanentes	(9.170)	(2.592)	(9.170)	(2.592)
Exclusões permanentes	-	710	-	710
Outros	-	(548)	-	(548)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.290	7.054	28.290	7.054

A Companhia é integrante do Grupo Invepar que tem a seguinte composição:

OAS	PREVI	PETROS	FUNCEF
INVEPAR			

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.	Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Linha Amarela S.A.	Concessionária Litoral Norte S.A.	Concessionária Bahia Norte	Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT
--	---	--------------------	-----------------------------------	----------------------------	---

CITPAX LLC	MASU 9
------------	--------

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. Em relação aos mútuos da Companhia com suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade de caixa destas sociedades para o funcionamento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros descritos abaixo. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões de administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Remuneração dos Administradores. A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, previdência privada, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro abaixo:

Composição	2011			2010		
	Diretoria	Conselhos (I)	Total	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	3.038	-	3.038	3.178	15	3.193
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	967	-	967	-	-	-
Participação nos resultados	2.688	-	2.688	2.389	-	2.389
Outros benefícios	149	-	149	327	-	327
Encargos	600	-	600	636	3	639
Total	7.442	-	7.442	6.530	18	6.548

i. Conforme termo de renúncia de remuneração assinada pelos conselheiros em 25 de julho de 2011, renunciam qualquer remuneração pelo exercício da função.

Contrato de mútuo. Em 2010 e 2011 foram celebrados contratos de mútuos com a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (CART) com as características descritas a seguir:

Nome da parte relacionada	Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Objeto do contrato	Empréstimo
Garantias e seguros relacionados	Não há garantias

Condições de rescisão ou extinção
Natureza e razões para a operação

(i) Empréstimo "ponte" até liberação de financiamento contratado pela mutuária

Empréstimos nos montantes de R\$45.000 e R\$35.000, concedidos em 25 de março e 31 de março de 2010, respectivamente, com encargos financeiros à taxa 125% do CDI, foram quitados em 25 de abril de 2010. Em 24 de janeiro de 2011, a CART firmou contrato de mútuo com a Companhia no montante de R\$7.000. Este contrato possuía o vencimento em dez dias, com encargos financeiros à taxa 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,2% a.m. calculados *pro rata die*. O contrato foi totalmente quitado em 2 de fevereiro de 2011. Em 2011 foi celebrado contrato de mútuo com a Linha Amarela S.A. (LAMSAS) com as características descritas abaixo:

Nome da parte relacionada	Linha Amarela S.A.
Objeto do contrato	Empréstimo
Garantias e seguros relacionados	Não há garantias

Condições de rescisão ou extinção
Natureza e razões para a operação

(i) Empréstimo "ponte" até liberação de financiamento contratado pela mutuária

Em 29 de abril de 2011, a Companhia firmou contrato de mútuo com a LAMSAS no montante de R\$11.000. Este contrato possuía o vencimento em trinta dias, com encargos financeiros à taxa 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,2% a.m. calculados *pro rata die*. O contrato foi totalmente quitado em 27 de maio de 2011. O valor total de receita financeira dos contratos acima mencionados montam R\$25 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.646 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010). **Debêntures.** Conforme descrito na nota explicativa 12, em 15 de março de 2010 a Companhia efetuou emissão privada de debêntures, que foram integralmente subscritas por seu acionista controlador. **Serviços.** A Companhia firmou contrato de empreitada em regime de preço global com a Construtora OAS Ltda. para a execução de obras de implantação da futura estação metroviária Uruguai. O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 24 meses, é o de empreitada global, e o preço acordado entre as partes foi de R\$147.563, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços apurada mensalmente. O valor dos serviços em 2011 somam R\$78.100. **Contas a pagar.** Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía um contas a pagar para com a sua controladora no valor de R\$767. Este valor foi liquidado em 11 de fevereiro de 2011. Os débitos do exercício de 2011 foram liquidados em 2011.

9. Imobilizado

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %		Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2009	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2010	
Imobilizado						
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	11,48%	57.436	803	-	(85)	58.154
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros	12,60%	73.522	9.175	(77)	33.176	115.796
Máquinas e equipamentos	12,60%	13.416	5.659	-	(289)	18.786
Móveis e utensílios	10%	4.575	2.019	(1)	(212)	6.381
Veículos	20%	1.876	790	(266)	-	2.400
Equipamentos de computação	20%	3.662	1.292	(251)	(7)	4.696
Sistemas aplicativos de software	20%	1.463	500	-	(8)	1.955
Imobilizado em andamento		12.089	8.033	-	957	21.079
Peças sobressalentes		10.568	30.142	-	(28.432)	12.278
Adiantamento a fornecedores		5.648	768	-	(5.100)	1.316
Imobilizado bruto		184.255	59.181	(595)	-	242.841
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(524)	(151)	-	-	(675)
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros		(52.885)	(17.252)	3	-	(70.134)
Máquinas e equipamentos		(4.675)	(1.553)	-	-	(6.228)
Móveis e utensílios		(2.435)	(432)	1	-	(2.866)
Veículos		(1.159)	(305)	79	-	(1.385)
Equipamentos de computação		(2.300)	(1.584)	148	-	(3.736)
Sistemas aplicativos de software		(1.083)	(218)	-	-	(1.301)
Depreciação acumulada		(65.061)	(21.495)	231	-	(86.325)
Imobilizado líquido		119.194	37.686	(364)	-	156.516

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %		Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2011	
Imobilizado						
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	11,48%	58.154	10.901	-	2.386	71.441
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros	12,60%	115.796	6.319	-	12.224	134.339
Máquinas e equipamentos	12,60%	18.786	5.100	-	133	24.019
Móveis e utensílios	10%	6.381	607	-	(278)	6.710
Veículos	20%	2.400	238	(117)	-	2.521
Equipamentos de computação	20%	4.696	1.644	-	-	6.340
Sistemas aplicativos de software	20%	1.955	87	-	-	2.042
Imobilizado em andamento		21.079	97	-	-	21.176
Peças sobressalentes		12.278	13.925	-	(14.096)	12.107
Adiantamento a fornecedores		1.316	4.521	-	(369)	5.468
Imobilizado bruto		242.841	43.439	(117)	-	286.163
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(675)	(166)	-	-	(841)
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros		(70.134)	(23.150)	-	-	(93.284)
Máquinas e equipamentos		(6.228)	(2.376)	-	-	(8.604)
Móveis e utensílios		(2.866)	(651)	-	-	(3.517)
Veículos		(1.385)	(1.685)	82	-	(2.988)
Equipamentos de computação		(3.736)	(1.806)	-	-	(5.542)
Sistemas aplicativos de software		(1.301)	(230)	-	-	(1.531)
Depreciação acumulada		(86.325)	(30.064)	82	-	(116.307)
Imobilizado líquido		156.516	13.375	(35)	-	169.856

Os investimentos em imobilizado da Companhia consistem essencialmente na aquisição de bens e serviços necessários a realização da operação, benfeitorias no material rodante (carros metrô), nas estruturas das vias, nas estações, no Centro de Manutenção, no Centro de Controle Operacional e na aquisição de equipamentos de tecnologia da informação. De acordo com o CPC01/IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro 2011 e 31 de dezembro de 2010, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

10. Intangível

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2009	Adições	Baixas	Saldo em 2010
Concessão de serviços públicos				
Outorga principal (até janeiro de 2018) (a)	311.389	-	-	311.389
Outorga suplementar (até janeiro de 2018) (b)	162.940	-	-	162.940
Outorga principal e suplementar (2018-2038) (c)	378.665	359.927	-	738.592
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (d)	932.843	-	-	932.843
Direito de software	3.860	1.251	-	5.111
Outros	14	-	-	14
Total intangível bruto	1.789.711	361.178	-	2.150.889
Outorga principal (até janeiro de 2018)	(153.125)	(5.652)	-	(158.777)
Outorga suplementar (até janeiro de 2018)	(24.238)	(4.928)	-	(29.166)
Outorga principal e suplementar (2018-2038)	(5.289)	(21.216)	-	(26.505)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(24.237)	(32.168)	-	(56.405)
Direito de software	(2.434)	(447)	-	(2.881)
Amortização acumulada (e)	(209.323)	(64.411)	-	(273.734)
Total intangível líquido	1.580.388	296.767	-	1.877.155

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Saldo em 2011
Concessão de serviços públicos				
Outorga principal (até janeiro de 2018) (a)	311.389	-	-	311.389
Outorga suplementar (até janeiro de 2018) (b)	162.940	-	-	162.940
Outorga principal e suplementar (2018-2038) (c)	738.592	129.846	(1.318)	867.120
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (d)	932.843	-	-	932.843
Direito de software	5.111	2.562	-	7.673
Outros	14	-	-	14
Total intangível bruto	2.150.889	132.408	(1.318)	2.281.979
Outorga principal (até janeiro de 2018)	(158.777)	(5.778)	-	(164.555)
Outorga suplementar (até janeiro de 2018)	(29.166)	(5.038)	-	(34.204)
Outorga principal e suplementar (2018-2038)	(26.505)	(26.696)	-	(53.201)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(56.405)	(32.168)	-	(88.573)
Direito de software	(2.881)	(369)	-	(3.250)
Amortização acumulada (e)	(273.734)	(70.049)	-	(343.783)
Total intangível líquido	1.877.155	62.359	(1.318)	1.938.196

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza. a) Decorrente do direito de outorga principal para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018). O montante contabilizado referente ao Ativo intangível - Outorga principal, de R\$311.389, é referente ao direito da Outorga principal de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018. b) Decorrente do direito de outorga suplementar para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018). O montante contabilizado referente ao Ativo intangível - Outorga suplementar, de R\$162.940, é referente ao direito da Outorga suplementar de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018. c) Decorrente do direito de outorga principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038). Conforme detalhado na nota explicativa 13, através do Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar a partir de 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível. d) Concessão (decorrente de aquisição de controle). Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos. e) Prazo de amortização. A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de dias restantes para o final do período (até 27 de janeiro de 2038). O valor é registrado na conta de Despesa de amortização da concessão, no custo com receitas de passagens e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no Ativo intangível. A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos. f) Provisão para redução do valor recuperável de ativos. A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado representativo dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento de suas operações. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo do capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, considerando se tratar de ativos intangíveis com prazo de vida útil definida. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 12,8% a 16,9% ao ano. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são as seguintes:

- **Receitas:** As receitas foram projetadas entre 2012 e 2016 considerando o crescimento da base de usuários.
- **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- **Investimentos de capital:** Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia. As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia. O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, visto que o valor estimado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

11. Investimentos:

Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu uma empresa inoperante MASU 9 visando ter a sua disposição uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias, nos termos do Parágrafo 7º, da Cláusula 8ª do Contrato. A empresa MASU9 Participações Ltda., é uma subsidiária integral da companhia, que possui 99,95% do Capital social da investida que totalizada R\$2, totalmente subscrito e integralizado, e que está dividido em 2.000 (duas mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros. O ativo e patrimônio líquido da controlada em milhares de reais em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão abaixo demonstrados:

	Masu 9	
	2011	2010
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	2	2
Total do ativo	2	2
Patrimônio líquido		
Capital social	2	2

Total patrimônio líquido **2**

Em 10 de outubro de 2008, a Companhia constituiu subsidiária no exterior Citpax LLC, com participação integral no capital, com o objetivo de: (a) promover no exterior a marca da Companhia; (b) coordenar esforços para a exploração, via subsidiária, de serviços de transporte urbano de passageiros no exterior; (c) buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia; e (d) servir como um centro de supervisão para eventuais transferências de tecnologia e serviços contratados junto a prestadores de serviços sediados no exterior. O capital social da investida é de US\$8,200 (oito milhões e duzentos mil) dólares, totalmente integralizados. A Citpax é considerada uma filial da Companhia por não possuir corpo gerencial próprio, autonomia administrativa, não contratar operações próprias, utilizar a moeda do MetrôRio como moeda funcional, e funcionar, na essência, como extensão das atividades do MetrôRio.

	Citpax	
	2011	2010
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	4.475	8.849
Adiantamento a fornecedores	2.757	5.723
Outros	6.197	135
Total do ativo	13.429	14.707
Passivo		
Contas a pagar MetrôRio	3.369	3.369
Outras contas a pagar	2.839	458
	6.208	3.827
Patrimônio líquido		
Capital social	15.349	15.349
Prejuízo acumulados	(8.128)	(4.469)
	7.221	10.880
Total do passivo e patrimônio líquido	13.429	14.707

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures: Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de empréstimos e financiamentos estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado			
					2011		2010	
					Circulante	Não circulante	Total	Total
BNDES Direto 1	TJLP	2,02% a.a.	15/5/2015	9,81%	21.535	-	21.535	27.838
BNDES Direto 2	TJLP	1,92% a.a.	15/2/2017	10,65%	8.926	36.550	45.476	43.057
BNDES Direto 3								
Subcrédito "A"	TJLP	1,72% a.a.	15/10/2024	7,39%	19.194	263.547	282.741	269.677
Subcrédito "B"	TJLP	1,72% a.a.	15/10/2017	10,25%	255	1.214	1.469	-
Subcrédito "C"	TJLP	1,72% a.a.	15/9/2024	9,78%	184	55.536	55.720	29.941
FINEP								
Subcrédito "A"	TJLP	5,25% a.a.	15/1/2018	7,65%	1.576	7.901	9.477	9.709
Subcrédito "B"	TJLP	8,25% a.a.	15/1/2018	7,65%	1.680	8.358	10.038	10.104
Financiamento								
Importação								
Calyon	USD	3,44% a.a.	2/11/2016	4,45%	1.643	6.385	8.028	8.553
Nota promissória								
		100% +						
Banco do Brasil	DI	0,95%	4/3/2012	12,65%	93.432	-	93.432	-
		100% +						
Banco Bradesco	DI	0,95%	4/3/2012	12,65%	93.432	-	93.432	-
Banco Votorantim 1ª série	DI	122%	12/3/2011	13,92%	-	-	-	31.137
Banco Itaú BBA 1ª série	DI	122%	12/3/2011	13,92%	-	-	-	83.031
Banco Bradesco 1ª série	DI	122%	12/3/2011	13,92%	-	-	-	51.894
Caixa Econômica Federal	TR	7,80% a.a.	20/7/2034	7,80%	523	243.337	243.860	-
Subtotal					242.380	622.828	865.208	564.941
Taxa efetiva					(1.565)	-	(1.565)	(2.000)
Total					240.815	622.828	863.643	562.941

Composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

	2011	2010
2012	-	25.558
2013	44.339	33.319
2014	53.117	35.340
2015	53.117	35.341
2016	53.118	35.341
2017	44.170	28.000
2018-2024	374.967	163.730
	622.828	356.629

BNDES. Em 07 de maio de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES ("BNDES Direto 1"), no montante total de R\$34.314, bem como da respectiva garantia, em consonância com a Decisão nº 170/2008, de 11 de março de 2008, da Diretoria do Colegiado do BNDES. O crédito será posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Em 23 de junho de 2010, foi desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$1.170, perfazendo o total da linha de crédito. A amortização do principal do financiamento acima referido é feita em 66 prestações mensais e sucessivas entre 15 de dezembro de 2009 e 15 de maio de 2015. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de maio de 2008 e 15 de novembro de 2009 e, serão pagos mensalmente, no período de amortização. Em 6 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES ("BNDES Direto 2"), no montante de R\$52.166, bem como da respectiva garantia, em consonância com a Decisão nº 913/2008, de 28 de outubro de 2008, da Diretoria do Colegiado do BNDES. Em 11 de maio de 2011, foi desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$9.567, perfazendo o total da linha de crédito. A amortização do principal do financiamento acima referido é feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de março de 2011 e 15 de fevereiro de 2017. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,92% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de fevereiro de 2009 e 15 de março de 2011, e serão pagos mensalmente, no período de amortização. Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES ("BNDES Direto 3"), o montante total de crédito posto à disposição da Companhia foi de R\$422.410, divididos em três subcréditos: "A" (R\$343.214), "B" (R\$3.200) e "C" (R\$75.996), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI. Até 31 de dezembro de 2011, havia sido desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$335.397 (sendo R\$278.395 do subcrédito "A", R\$1.466 do subcrédito "B" e R\$55.536 do subcrédito "C"). A amortização do principal do subcrédito "A" será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "A" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros serão pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e mensalmente no período de amortização. A amortização do principal do subcrédito "B" será feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de novembro de 2011 e 15 de outubro de 2017. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirá a TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de outubro de 2011, e serão pagos mensalmente no período de amortização. A amortização do principal do subcrédito "C" será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "C" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros serão pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e mensalmente no período de amortização. As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto 1, BNDES Direto 2 e BNDES Direto 3 são as seguintes: • Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$19.906, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA. • Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$6.635, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura. • Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto 1, em 2º grau para o BNDES Direto 2 e em 3º grau para o BNDES Direto 3, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a intervenção de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses: a) Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia. c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato. Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição não foi violada. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto 1 quanto para o contrato BNDES Direto 2, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2. Em função das disposições do item 74 do CPC 26, a Companhia, por não ter atingido o referido índice exigido no contrato, procedeu a reclassificação do montante passivo de R\$15.180, referente a um financiamento contratado junto ao BNDES, de não circulante para circulante. **Financiamento importação.** Em 26 de dezembro de 2008 a Companhia firmou um contrato de financiamento de importação junto ao Banco Calyon para cobrir até 85% das importações de equipamentos para o projeto de implantação de um sistema de sinalização ATP ("Automatic Train Protection"), objeto do contrato firmado com a GE Transportation Systems SPA. O financiamento contratado monta ao equivalente em dólares norte-americanos a até EUR 4.368, e terá atualização pela variação cambial e juros de 3,44% ao ano. A liberação dos recursos é feita pelo Banco Calyon diretamente ao fornecedor no exterior, à medida que os equipamentos são embarcados. A amortização do principal será realizada em dólar e em 14 parcelas semi- anuais consecutivas, vencendo a primeira 6 meses após a liberação realizada pelo banco ao fornecedor, juntamente com o juros acumulado até essa data. O primeiro pagamento ao fornecedor no exterior foi realizado em setembro de 2009, no montante de USD 3.225, o segundo pagamento foi realizado em outubro de 2009, no montante de USD 2.731. **Notas promissórias.** Em 13 de setembro de 2010, a Companhia emitiu Notas Promissórias no montante de R\$390.000, coordenadas pelos bancos relacionados abaixo. Na data em questão, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas. Estes títulos fizeram jus à remuneração de 122% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) e têm prazo de vencimento demonstrado no quadro acima. As Notas Promissórias emitidas em 13 de setembro de 2010, foram liquidadas, na data do vencimento. Em 11 de março de 2011, a Companhia emitiu Notas Promissórias coordenadas pelos bancos BB-Banco de Investimento S.A. e Bradesco BBI S.A. no montante de R\$170.000. Na data em questão, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas. Estes títulos fizeram jus a remuneração de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescida de *spread* de 0,95% a.a., com vencimento em 07 de setembro de 2011, data em que foram liquidadas. Em 06 de setembro de 2011, a Companhia emitiu dezoito Notas Promissórias no valor nominal unitário de R\$10.000, coordenadas pelos bancos BB-Banco de Investimento S.A. e Bradesco BBI S.A. totalizando R\$180.000. Na data em questão, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas. Estes títulos farão jus a remuneração de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescida de *spread* de 1,12% a.a., com vencimento em 07 de março de 2012. **FINEP.** Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, em consonância com a Decisão nº 0102/09 da *Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP*, no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos "A" (R\$10.452) e "B" (R\$11.048). O crédito será posto à disposição da Companhia em quatro parcelas, à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Até 31 de dezembro de 2011, havia sido creditado pela FINEP à Companhia o montante de R\$21.500 (sendo R\$10.452 do subcrédito "A" e R\$11.048 do subcrédito "B"), perfazendo o total da linha de crédito. A amortização será feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos "A" e "B" incidirão juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente. **Caixa Econômica Federal.** Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRO-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos "A" (R\$240.000) e "B" (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito "A"). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim. A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas: a) Juros - equivalente à taxa nominal anual de 5,5%, capitalizada mensalmente; b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente; e c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente. O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para

esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha substituí-la. Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES "2" e "3", FINEP, Calyon e Caixa Econômica Federal foram capitalizados obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$11.546 (R\$7.025 em 2010). **Debêntures.** Em 15 de março de 2010, foram subscritas 10 debêntures, conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$45.000 (quarenta e cinco milhões reais), perfazendo o valor total de R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões reais). A oferta pública de colocação de debêntures foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária em 15 de março de 2010. Os recursos provenientes da emissão de debêntures serão utilizados na execução de seu plano de investimentos e expansão. As principais características das debêntures são:

Quantidade:	10 debêntures simples
Valor nominal unitário:	R\$ 45.000
Data de emissão:	15 de março de 2010
Data de vencimento:	15 de março de 2020 (parcela única)
Remuneração:	IPCA + 9,75% a.a
Pagamento de juros:	Anual

Até 31 de dezembro de 2011 os juros e atualização monetária das debêntures emitidas totalizavam R\$87.127, sendo que R\$48.712 estavam registrados no passivo não circulante e R\$38.415 no passivo circulante. As debêntures poderão ser convertidas em ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da emissora a qualquer tempo, desde a data de Emissão até a data de vencimento. As bases da conversão (i) deverão respeitar a proporção de ações ordinárias e preferenciais em que o capital social da Emissora estiver dividido à época da conversão; (ii) deverão respeitar a proporção em que as classes de ações ordinárias e/ou preferenciais estiverem divididas à época da conversão e (iii) serão calculadas tendo-se como parâmetro o valor do patrimônio líquido da ação, nos termos da fórmula abaixo: N° de ações = valor nominal unitário atualizado / valor patrimonial da ação. Onde: N° de ações: Número de ações em que cada Debênture poderá ser convertida, respeitando-se a proporção entre ações ordinárias e preferenciais de diferentes classes, se for o caso. Valor Nominal Unitário Atualizado: Valor nominal Unitário de cada Debênture, atualizado e remunerado *pro rata temporis* até o dia útil imediatamente anterior à data da conversão. Valor Patrimonial da Ação: Valor patrimonial da ação estabelecido em conformidade com o patrimônio líquido constante das demonstrações financeiras do exercício social imediatamente anterior à data da conversão. **Avaliação de conversão futuras:** Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures, em 31 de dezembro de 2011 foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura de debêntures na data de encerramento das demonstrações financeiras. A administração concluiu ser nulo o valor justo das opções, em função que a conversão das debêntures em ações não se mostra ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

13. Concessão de serviço público

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
Outorga principal (a)	183.123	65.387	183.123	65.387
Outorga principal e suplementar (c)	164.810	58.849	164.810	58.849
	347.933	124.236	347.933	124.236
Não circulante				
Outorga principal (a)	1.354	105.404	1.354	105.404
Outorga suplementar (b)	55.745	79.113	55.745	79.113
Outorga principal e suplementar (c)	1.219	94.865	1.219	94.865
	58.318	279.382	58.318	279.382
Total	406.251	403.618	406.251	403.618

a) **Compromisso decorrente do direito de outorga principal para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018).** Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, o saldo de R\$184.477 será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018. A distribuição deste compromisso, atualizado até 31 de dezembro de 2011 está assim programada:

2012	183.123
2013	1.354
Total	184.477

b) **Compromisso decorrente do direito de outorga suplementar para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018).** Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2011, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ. Em 31 de dezembro de 2011, esse compromisso somava R\$55.745 (R\$79.113 em 31 de dezembro de 2010), líquido do montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente, no valor total de R\$49.541 (R\$44.562 em 31 de dezembro de 2010). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem. Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o valor total da Outorga suplementar pago e/ou compensado através de depósitos judiciais totalizou R\$27.816 (R\$15.619 em 2010). c) **Compromisso decorrente do direito de outorga principal e suplementar para o segundo período de concessão (entre 28 de janeiro de 2018 e 27 de janeiro de 2038).** Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai, até 31 de dezembro de 2014; (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 31 de dezembro de 2011, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados entre R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o valor investido totalizou R\$132.145 (R\$359.927 no período findo em 31 de dezembro de 2010). Os gastos com a infraestrutura da concessão são contabilizados conforme o CPC 17- Contratos de construção e ICPC 01- Contratos de concessão, ou seja, todo gasto com infra-estrutura da concessão é contabilizado como custo da construção na DRE e é apurada uma receita de construção com uma margem, que no caso, como há terceirização da obra, a margem (atualmente 3%) é apurada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Esta receita de construção tem como contrapartida o intangível. Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia nos exercícios estão demonstrados abaixo:

	2011	2010
Receita de construção	81.199	89.258
Custo de construção	(78.603)	(86.288)
d) Bens reversíveis. Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito. A Companhia apresenta no quadro abaixo a composição dos Bens Reversíveis, existentes em 31 de dezembro de 2011:		
Imobilizado da concessão		
Veículos		121
Equipamentos		227.903
Ferramentas		854
Móveis e utensílios		607.104
Almoxarifado		26.799
Equipamentos de processamento de dados		714
Equipamentos de telecomunicações		522
Imóveis		5.229.910
Total		6.093.927

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo. **14. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais. Provisões para contingências.** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2011	2010
Cíveis	6.040	7.112
Trabalhistas	5.544	6.202
Tributárias	1.168	183
	12.752	13.497

	Movimentação das provisões no exercício				
	Saldo inicial 2010	Provisões efetuadas	atualização monetária	Reversões/pagamentos	Saldo final 2011
Cíveis	7.112	1.425	(768)	(1.729)	6.040
Trabalhistas	6.202	341	(161)	(838)	5.544
Tributárias	183	985	-	-	1.168
Total	13.497	2.751	(929)	(2.567)	12.752

a) **Contingências cíveis.** A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário. Em 31 de dezembro de 2011, existiam 561 processos em andamento (570 processos em 31 de dezembro de 2010). b) **Contingências trabalhistas.** A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2011, existiam 518 processos em andamento (624 processos em 31 de dezembro de 2010). A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para

cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis. c) **Contingências tributárias.** A Companhia efetuou provisão, no montante de R\$183, relativa ao Auto de Infração lavrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), em 27 de junho de 2002, decorrente da revisão da Guia de Fundos e Informações Previdenciárias ("GFIP") do período de 1º de janeiro a agosto de 1999. A Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende que a provisão registrada é suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisão desfavorável. A Companhia interpôs Ação Anulatória de Débito Fiscal contra o INSS, cujo objeto é a anulação de autuação por aquela autarquia em virtude de divergência de base de cálculo, na ordem de R\$1.644 (novembro de 2001), já tendo sido efetuado o depósito judicial para garantia do juízo. O processo aguarda início da perícia judicial. **Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação.** a) **Depósitos recursais.** Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía R\$21.020 em depósitos recursais (R\$13.618 em 31 de dezembro de 2010). Este montante é atualizado monetariamente. b) **Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação.** Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte. As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e civis ajuizadas contra a CMRJA, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora. Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens. O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros para o ano findo em 31 de dezembro de 2011 é de aproximadamente R\$27.599, sendo todas de natureza trabalhista. Em 31 de dezembro de 2011, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$11.879 (R\$10.165 em 31 de dezembro de 2010). c) **Jurisprudência - sucessão.** Em 20 de abril de 2005, foi divulgado no Diário de Justiça Orientação Jurisprudencial nº 225, proveniente do Tribunal Superior do Trabalho - TST, que estabelece para os contratos de trabalho extintos antes da vigência da Concessão, que a responsabilidade pelos direitos dos trabalhadores é exclusivamente da empresa que os empregava antes da assinatura do Contrato de Concessão. Esta orientação está em conformidade com o entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos. Em julgamento encerrado no dia 26 de junho de 2007, a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ deu provimento ao recurso interposto pela Companhia para reformar um acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que responsabilizou a Companhia pelas dívidas contraídas pela CMRJ anterior a data da celebração do Contrato de Concessão. A decisão foi no sentido de que a Companhia, concessionária de serviço público por meio de licitação, com investidora originária e não por cessão, não deve responder por danos causados pela antiga operadora. Neste caso, não se trata de sucessão empresarial, pois a CMRJ, sociedade de economia mista, foi fracionada, mas não se extinguiu, continuando a coexistir com a RIOTRILHOS. Por fim, foi decidido ainda que no caso de insolvência da CMRJ, cabe ao Estado do Rio de Janeiro responder subsidiariamente pelas obrigações. Tendo em vista a jurisprudência, bem como o fato de que quaisquer perdas decorrentes dessas questões devem ser ressarcidas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro conforme previsto na Cláusula 22ª do Aditivo, a Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que não há necessidade de reconhecimento de provisão para contingência correspondente a este assunto. d) **Termo de compromisso de ajustamento de conduta - TAC.** Em 30 de março de 2010, a Companhia firmou acordo junto ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, através da assinatura do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TAC, nos autos do processo judicial, onde a Companhia responde por reclamações feitas por usuários do serviço quando do início de operação do trecho denominado Linha 1A. Neste termo a Companhia se comprometeu a efetuar depósito judicial, no montante de R\$1.000, valor já depositado judicialmente, como garantia a todo e qualquer dano material e ou moral que venha a ser reclamado. A Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende que não existe a necessidade de ser constituída provisão para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisão desfavorável. **15. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários:** Em decorrência do Contrato de Concessão, a Concessionária absorveu alguns funcionários da antiga operadora dos serviços, os quais estavam vinculados a um plano de previdência instituído na REFER (Fundação Rede Ferroviária Federal) patrocinado por aquela empresa. As disposições do Contrato de Concessão, em sua Cláusula 24ª, facultaram à Companhia instituir seu plano de previdência privada em outra entidade de previdência. Em 13 de agosto de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, aprovou o novo plano de previdência patrocinado pelo MetrôRio (Multipensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada ou o "Plano"). De acordo com o regulamento deste Plano, a Companhia (patrocinadora) efetua uma contribuição complementar sobre a Contribuição Básica do empregado (participante) obedecendo às seguintes condições: a) Para os funcionários que ingressaram no Plano até 17 de fevereiro de 1999, contribui com 120% da sua Contribuição Básica. b) Para os funcionários que aderiram após o prazo definido acima, contribui com os seguintes percentuais: 0 a 9 anos de tempo de serviço - 100%; 10 a 19 anos de tempo de serviço - 110%; 20 anos ou mais - 120%. c) A contribuição total relativa aos itens (a) e (b) acima está limitada a 6% do salário de contribuição do participante. d) Ao empregado ainda é facultado efetuar contribuições voluntárias de valores variáveis, sobre as quais a patrocinadora não possui qualquer obrigação. A Companhia efetuou o levantamento atuarial para o ano de 2011, em conformidade com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. A Companhia vem adotando o procedimento padrão constante dos itens 92 e 93 da referida Deliberação. Isto é, a parcela de (ganhos) perdas acumulada excedente a 10% do maior valor entre o valor presente da obrigação atuarial total e o valor justo dos ativos do plano, amortizada pelo prazo correspondente ao tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano. O valor assim calculado compõe a despesa anual prevista para o exercício subsequente. A taxa de retorno esperado dos Ativos foi determinada pela Administração da Companhia em conjunto com o gestor de investimentos, com base nas expectativas de rentabilidade de longo prazo para cada categoria de ativo dos planos de benefícios, as quais foram fornecidas pelos gestores do plano.

	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente da obrigação atuarial, parcialmente coberta	3.739	4.707
Valor justo dos ativos do plano	(5.579)	(4.596)
Ganhos e perdas atuariais não reconhecidos	497	779
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial	(1.343)	890

	31/12/2011	31/12/2010
Passivo líquido saldo inicial	890	1.081
Despesa no exercício	344	377
Contribuições normais do empregador	(402)	(568)
Impacto decorrente de redução no plano de benefícios	(2.175)	-
Passivo líquido final	(1.343)	890

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	2011	2010
Em 1º de janeiro	4.596	3.402
Retorno real sobre os ativos do plano	571	613
Contribuições do empregador	402	569
Contribuições dos empregados	10	12
Em 31 de dezembro	5.579	4.596

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais nos períodos apresentados é a seguinte:

	2011	2010
Em 1º de janeiro	4.707	3.852
Custo do serviço corrente	446	388
Juros sobre obrigação atuarial	523	457
Perdas (ganhos) sobre as obrigações atuariais	(26)	10
Impacto decorrente de redução no plano de benefícios	(1.911)	-
Em 31 de dezembro	3.739	4.707

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2011	2010
Custo do serviço corrente	329	446
Custo de juros sobre obrigações atuariais	383	523
Contribuições esperadas de participante	(10)	(14)
Rendimento esperado dos ativos do plano	(667)	(563)
Ganhos atuariais não reconhecidos	-	(49)
Despesa reconhecida no exercício	35	343

As hipóteses e premissas atuariais propostas para a realização da avaliação atuarial, são as seguintes:

Biométricas	2011	2010
Tábua de mortalidade geral	AT-83	AT-83
Tábua de mortalidade inválidos	N/A	N/A
Tábua de entrada invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de rotatividade	Nula	Nula
Composição familiar	90% casados e homens 4 anos mais velho 100% elegibilidade	90% casados e homens 4 anos mais velho 100% elegibilidade

Financeiras	2011	2010
Taxa nominal de desconto atuarial	10,26% a.a.	11,11% a.a.
Taxa nominal de rendimento esperada sobre os ativos do plano	11,55% a.a.	11,55% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.	5,00% a.a.
Taxa real de crescimento salarial	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Taxa real de reajuste dos benefícios do plano	-	-
Fator de capacidade	1,00	1,00

As alterações nas premissas de inflação impactam a despesa projetada para o próximo exercício, aumentando os custos de juros, serviço corrente e rendimento esperado dos ativos. **16. Patrimônio líquido:** Em 11 de março de 2011, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$55.000, sendo R\$35.000 aportados por sua controladora, Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR ("INVEPAR") e R\$20.000 vertidos para o capital da Companhia, nos termos do "Contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e Outras Avenças" celebrado em 27 de março de 2009. Foram emitidas 59.288.448 (cinquenta e nove milhões, duzentas e oitenta e oito mil, quatrocentas e quarenta e oito) ações ordinárias ao valor de R\$0,927668061 por ação, com base no patrimônio líquido da Companhia de 30 de setembro de 2010. A totalidade das ações emitidas foi integralmente subscrita por sua controladora, INVEPAR. Em 28 de março de 2011, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$15.000, mediante a emissão de 16.296.165 (dezesseis milhões, duzentas e noventa e seis mil cento e sessenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O preço de emissão das ações foi fixado em R\$ 0,920461989 por ação ordinária, tendo por base o valor de patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2010. A acionista Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR ("INVEPAR") manifestou sua intenção de exercer seu direito de preferência e de adquirir eventuais sobras, na forma do art. 171 da Lei nº 6.404/76, de modo que - dada a renúncia ora manifestada por todos os demais acionistas da Companhia aos seus respectivos direitos de preferência para aquisição de novas ações - a INVEPAR subscreveu a totalidade das novas ações ordinárias emitidas. Em 15 de julho de 2011, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$30.000 mediante a emissão de 32.530.532 (trinta e dois milhões, quinhentas e trinta mil, quinhentas e trinta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O preço de emissão das ações foi fixado em R\$0,922210559 por ação ordinária, fixado com

base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de maio de 2011. A totalidade das ações emitidas foi integralmente subscrita por sua controladora, INVEPAR. Em 31 de dezembro de 2011, o capital social é de R\$750.000, dividido em 758.115.145 (setecentos e cinquenta e oito milhões, cento e quinze mil, cento e quarenta e cinco) ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, da acionista INVEPAR. Em 31 de dezembro de 2010 o capital social subscrito e integralizado é de R\$650.000, e está representado por 650.000.000 ações ordinárias, todas sob a forma escritural e sem valor nominal, da acionista INVEPAR. Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	111	38	111	38
Juros s/ aplicações financeiras (a.i)	51.744	23.218	51.744	23.218
Operações de hedge (a.ii)	5.189	6.559	5.189	6.559
Varição monetária ativa	6.633	4.049	6.633	4.049
Variações cambiais ativas (a.iii)	38.508	48.077	38.508	48.077
Remuneração de clientes	254	1.601	254	1.601
Juros com partes relacionadas	25	1.646	25	1.646
Outros	33	173	33	173
Total receitas financeiras	102.497	85.361	102.497	85.361
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (b.i)	(53.499)	(64.159)	(53.499)	(64.159)
Comissões e despesas bancárias	(42)	(562)	(42)	(562)
Juros passivos (b.ii)	(177)	7.168	(177)	7.168
Operações de hedge (b.iii)	(24.924)	(29.546)	(24.924)	(29.546)
Varição monetária passiva (b.iv)	(10.290)	(15.674)	(10.290)	(15.674)
Juros sobre debêntures	(79.048)	(54.592)	(79.048)	(54.592)
Ajuste a valor presente	(11.648)	(15.068)	(11.648)	(15.068)
Variações cambiais passivas (b.v)	(78.808)	(21.366)	(78.808)	(21.366)
Juros com partes relacionadas	(101)	-	(101)	-
Outros	(4.981)	(4.961)	(4.981)	(4.961)
Total despesas financeiras	(263.518)	(198.760)	(263.518)	(198.760)
Total	(161.021)	(113.399)	(161.021)	(113.399)

a) **Receitas financeiras.** As principais receitas financeiras consistem em: (i) juros sobre aplicações financeiras, listadas na nota explicativa 4; (ii) ganhos com operação de hedge; e, (iii) variação cambial sobre o montante registrado para a compra dos novos carros metrô. b) **Despesas financeiras.** As principais despesas financeiras consistem em: (i) juros sobre empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, descritos na nota explicativa 12; (ii) juros incidentes sobre impostos e contas a pagar; (iii) perdas com operação de hedge; (iv) atualização da Concessão de serviços públicos a pagar, descrita na nota explicativa 13 e os ajustes contábeis necessários quando da apresentação da prestação de contas requerido pela Cláusula 22ª, Parágrafo 17º do Aditivo; e, (v) variação cambial sobre o montante registrado para a compra dos novos carros metrô. **18. Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 31 de dezembro de 2011, os principais seguros contratados são:

Descrição	Limite máximo de indenização
Risco operacional	180.000
Responsabilidade civil geral	25.000
Transporte nacional	4.000
Transporte internacional	938*
Total	209.938

(* US\$ 500 convertidos para Reais pela taxa de fechamento de 31 de dezembro de 2011.)

19. Participação dos empregados e administradores: A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação vigente, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 2 de abril de 2008, foi aprovada a instituição do Plano de Participação em Lucros e Resultados ("PLR"). Dessa forma, no ano findo em 31 de dezembro de 2011, a Administração provisionou R\$5.000 de participação dos empregados nos lucros ou resultados, e R\$1.661 de participação dos administradores, correspondentes a PLR esperada para o exercício de 2011. **20. Avais, fianças e garantias:** A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 31 de dezembro de 2011 eram de R\$20.644 (R\$16.890 em 31 de dezembro de 2010), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os processos judiciais gerais; e (iii) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária. Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos. Mais detalhes sobre estas garantias estão descritos na nota explicativa 12. **21. Compromissos e responsabilidades:** Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia possui compromisso relativo à contratação de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A. pelo período entre 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui uma segunda obrigação, cujo contrato foi celebrado em 26 de janeiro de 2009, contratada referente ao fornecimento para o período entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2020. A segunda obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos: (i) contratação, para o período entre 2011 e 2015, de montante de energia complementar estimado ser suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação de novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai; e (ii) contratação do montante de energia estimado ser suficiente para atender ao consumo total do sistema metroviário a partir do vencimento da primeira obrigação em 31 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2020. Em 2008, a Companhia, através da Citipax firmou contrato com a MTR Corporation Limited no montante de US\$ 9,000 (nove milhões de dólares), com vigência até o final de 2012, com o objetivo de buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia e de prestar serviço de consultoria na aquisição de material rodante, conforme mencionado na nota explicativa 11. Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia já efetuou pagamentos no montante total de US\$6,450. **22. Instrumentos financeiros:** a) **Análise dos instrumentos financeiros.** A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e a Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2011 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com o Poder Concedente. b) **Crêditos, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado.** Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado: • Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e derivativos: Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras e instrumentos derivativos, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. c) **Exposição a riscos de taxas de juros.** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI, as taxas de juros dos financiamentos tomados junto ao BNDES e FINEP estão vinculadas à variação da TJLP, taxa de juros Notas Promissórias estão vinculadas à variação da DI (Taxa DI) e taxa de juros da Debenture Conversível está vinculada ao IPCA. d) **Concentração de risco de crédito.** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. e) **Risco de taxa de câmbio.** Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na nota explicativa 13, considerando-se que os carros serão adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas nas notas explicativas 4 e 12, a Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior, respectivamente. f) **Operação de derivativos.** A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía operações com característica de hedge. No ano de 2011, a Companhia contratou operações para proteção cambial de passivo com o Banco HSBC Bank. Todas as operações contratadas foram liquidadas. As operações liquidadas geraram uma perda líquida de R\$19.734, registrada na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. g) **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros.** A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos os quais não estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos de hedge. No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo cenário provável o adotado pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES	TJLP	(191.366)	(228.473)	(386.037)
FINEP	TJLP	(8.401)	(9.386)	(10.371)
Financiamento importação	Taxa Câmbio R\$/US\$	(686)	(858)	(1.029)
Financiamento CEF	TR	(23.500)	(24.289)	(25.078)
Notas promissórias	DI	(5.369)	(6.585)	(7.801)
Debenture privada	IPCA	(935.046)	(1.110.850)	(1.310.464)
Referência para passivos financeiros				
TJLP (% ao ano)		6,00%	7,50%	9,00%
TR (% ao ano)		1,21%	1,51%	1,82%
DI (% ao ano)		10,81%	13,51%	16,22%
IPCA (% ao ano)		6,50%	8,13%	9,75%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)		R\$ 1,78	R\$ 2,23	R\$ 2,67

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ nº 10.324.624/0001-18



METRÔRIO

23. Resultado por ação: Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Resultado básico e diluído por ação	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(81.885)	(20.839)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	725.392	650.000
Resultado básico e diluído por ação	(112,88)	(32,06)

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras. **24. Receitas, custos e despesas por natureza:** A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas				
Receita com passagens	454.614	389.807	454.614	389.807
Receitas acessórias	28.691	23.727	28.691	23.727
Receita da construção	81.199	89.258	81.199	89.258
Impostos e contribuições sobre a receita	(30.645)	(26.129)	(30.645)	(26.129)
Receita de serviços líquidas	533.859	476.663	533.859	476.663

Custos e despesas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Gerais e administrativas	166.186	97.631	166.186	97.631
Pessoal e encargos	118.231	104.696	118.231	104.696
Depreciação e amortização	100.113	85.906	100.113	85.906
Marketing e vendas de serviços	16.577	18.204	16.577	18.204
Custo de construção	78.603	86.288	78.603	86.288
	479.710	392.725	479.710	392.725
Custo de serviços	312.781	267.833	312.781	267.833
Custo da construção	78.603	86.288	78.603	86.288
Despesas gerais e administrativas	88.326	38.604	88.326	38.604
	479.710	392.725	479.710	392.725

A DIRETORIA

CONTADOR

Leandro Ferreira Gonçalves - CRC RJ: 105435/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Acionistas e Diretores da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em

todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase.** Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Outros assuntos. Demonstrações do valor adicionado.** Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Mauro Moreira

Contador CRC - 1RJ 072.056/O-2

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4